Academicus Magazine

Revista Multidisciplinar
Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

# Do glotónimo à descolonização linguística: a proposta de "Língua Geral" de Agualusa face à pluricentricidade tensionada do "português"[1]

Eugénio Almeida [2]

**Recebido:** 17.07.2026
**Aceito:** 31.07.2026
**Publicado:** 16.11.2026

**Resumo:** Este ensaio analisa a proposta de José Eduardo Agualusa de substituir o glotónimo "língua portuguesa" por "língua geral", interpretando-a como gesto simbólico de descolonização linguística. A partir da teoria das línguas pluricêntricas, da sócio-linguística crítica e da glotopolítica pós-colonial, discute-se a tensão entre o legado colonial do nome "português" e a realidade transcontinental, híbrida e demograficamente descentralizada do idioma. O texto examina a historicidade das antigas línguas gerais, a assimetria normativa entre Portugal e Brasil, a emergência de normas africanas e timorenses, bem como os desafios colocados pelos crioulos e pelas línguas nacionais nos PALOP. Embora reconheça a força crítica da proposta de Agualusa, o ensaio sustenta que a mudança formal do nome apresenta graves limitações práticas, jurídicas, económicas e simbólicas. Conclui-se que a verdadeira descolonização do idioma não depende da substituição do glotónimo, mas da consolidação efectiva de uma pluricentricidade democrática, capaz de reconhecer todas as normas nacionais como legítimas e co-proprietárias da língua comum.

**Palavras-chave:** Glotónimo; língua geral; descolonização linguística; pluricentricidade; sócio-linguística crítica; lusofonia.

## From Glottonym to Linguistic Decolonization: Agualusa's proposed *'Língua Geral'* in the face of the tensioned pluricentricity of "Portuguese"

**Abstract:** This essay analyzes José Eduardo Agualusa's proposal to replace the glottonym "Portuguese language" with "*língua geral*"[3], interpreting it as a symbolic gesture of linguistic decolonization. Drawing on pluricentric language theory, critical sociolinguistics, and post-colonial glottopolitics, it discusses the tension between the colonial legacy of the name "Portuguese" and the transcontinental, hybrid, and demographically decentralized reality of the language. The text examines the historicity of the ancient línguas gerais, the normative asymmetry between Portugal and Brazil, the emergence of African and Timorese norms, as well as the challenges posed by creoles and national languages in the PALOP (Portuguese-speaking African countries). While recognizing the critical power of Agualusa's proposal, the essay argues that a formal change of the name presents severe practical, legal, economic, and symbolic limitations. It concludes that the true decolonization of the language does not depend on replacing the glottonym, but on the effective consolidation of a democratic pluricentricity, capable of recognizing all national norms as legitimate and co-owners of the common language.

**Keywords:** Glottonym; *língua geral*; linguistic decolonization; pluricentricity; critical sociolinguistics; Lusophony

## Del glotónimo a la descolonización lingüística: la propuesta de "Língua Geral" de Agualusa frente a la pluricentricidad tensionada del "portugués"

**Resumen:** Este ensayo analiza la propuesta de José Eduardo Agualusa de sustituir el glotónimo "lengua portuguesa" por "*língua geral*"[4], interpretándola como un gesto simbólico de descolonización lingüística. A partir de la teoría de las lenguas pluricéntricas, la sociolingüística crítica y la glotopolítica poscolonial, se discute la tensión entre el legado colonial del nombre "portugués" y la realidad transcontinental, híbrida y demográficamente descentralizada del idioma. El texto examina la historicidad de las antiguas línguas gerais, la asimetría normativa entre Portugal y Brasil, la emergencia de normas africanas y timorenses, así como los desafíos planteados por los criollos y las lenguas nacionales en los PALOP (países africanos de lengua oficial portuguesa). Aunque reconoce la fuerza crítica de la propuesta de Agualusa, el ensayo sostiene que el cambio formal de nombre presenta graves limitaciones prácticas, jurídicas, económicas y simbólicas. Se concluye que la verdadera descolonización del idioma no depende de la sustitución del glotónimo, sino de la consolidación efectiva de una pluricentricidad democrática, capaz de reconocer todas las normas nacionales como legítimas y copropietarias de la lengua común.

**Palabras clave:** Glotónimo; *língua geral*; descolonización lingüística; pluricentricidad; sociolingüística crítica; lusofonía.

---

[1] **DOI:** https://doi.org/10.4314/academicus.v4i2.15
[2] ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL). elcalmeida@gmail.com
[3]Na tradução para inglês do Resumo, optou-se por manter o termo histórico original em português, "*língua geral*", em vez de uma tradução literal (como "*general language*" em inglês), para preservar a sua densidade histórica e evitar equívocos conceptuais com a linguística aplicada contemporânea, onde o termo inglês refere-se apenas a uma língua não-especializada.
[4]No caso da tradução do Resumo para espanhol, optou-se por manter o termo histórico original em português, "*língua geral*", escrito em itálico, para salvaguardar a sua especificidade conceptual e histórica no âmbito da glotopolítica luso-brasileira e pós-colonial, evitando equívocos com o termo hispânico histórico "*lengua general*" (usado para designar línguas indígenas de catequese, como o *Quéchua*, mas não línguas "nacionais").

AIC Academia de Investigação Científica
CC BY NC ND

Academicus Magazine
Revista Multidisciplinar
Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

## Introdução

### *O pórtico da nomeação e o trauma pós-colonial*

A atribuição de um nome a um idioma — o glotónimo — transcende a taxonomia, a administração estatal ou a catalogação bibliográfica. Trata-se de um gesto político e simbólico, na acepção de Pierre Bourdieu (2013), pois as nomeações sociais inscrevem-se na formação das identidades nacionais, das soberanias psicológicas e das heranças culturais. Este processo adquire particular acuidade no cenário pós-colonial.

O nome que uma comunidade dá à língua que fala, escreve, chora e canta não é um rótulo neutro: transporta a memória das rotas imperiais, o peso das hegemonias coloniais, as marcas da violência histórica e as promessas, ou impasses, da emancipação.

É neste horizonte de memórias, assimetrias demográficas e reconfigurações geopolíticas e problemas migratórios que se situa a ideia que José Eduardo Agualusa (2026a) apresentou durante a Semana do Brasil, em Portugal, numa entrevista ao *Jornal d' África, da RTP-África*: substituir o glotónimo "língua portuguesa" pela designação descentrada e inclusiva de "língua geral" ou "global" ou "maior"[5].

A tese de Agualusa não surge de um vazio conceptual nem se reduz a uma provocação literária. Situa-se no centro de uma assimetria demográfica, geográfica e histórica que distingue o espaço dos países falantes de português de outros domínios linguísticos transcontinentais. Como observa João Carlos (2026), ao analisar a reacção crítica ao manifesto do autor angolano, a proposta procura repensar a legitimidade de um nome que parece historicamente estreito para a realidade humana e geográfica do idioma.

Quando se compara a lusofonia com a anglofonia ou a hispanofonia, emerge uma singularidade glotopolítica: cidadãos dos Estados Unidos, da Austrália, da Nova Zelândia ou do Canadá usam o termo *English* sem que tal implique subordinação à antiga metrópole britânica; do mesmo modo, cidadãos do México, da Argentina, da Colômbia ou do Peru assumem *Español* ou *Castellano* como património historicamente integrado nas suas soberanias. No espaço do português, porém, o nome do idioma permanece associado a um mal-estar identitário persistente.

O nome "português" vincula a língua a um Estado-nação europeu que hoje representa entre 3,5% e 4% dos seus falantes globais[6], criando um curto-circuito simbólico entre o antigo centro colonizador e as periferias que se tornaram os principais motores de vitalidade do idioma.

Esse mal-estar manifesta-se de forma recorrente na maior potência demográfica, económica e cultural da língua: o Brasil. Em fóruns digitais, debates universitários, manifestos literários e discursos nacionalistas, ressurge a ideia de que o idioma falado no país deveria chamar-se "língua brasileira". Tal reacção não deve ser reduzida a ignorância filológica ou chauvinismo. Ela expressa um divórcio psicológico gerado por séculos de centralismo normativo eurocêntrico, que frequentemente tratou a norma brasileira como variante imperfeita do padrão português.

A avaliação da produção linguística de um continente pela norma de uma pequena metrópole europeia gerou uma ferida narcísica na identidade brasileira, cuja reacção defensiva passa, muitas vezes, pela rejeição do nome do colonizador associado à sua fala quotidiana.

---

[5] De notar, todavia, que a primeira vez que Agualusa usou o glutónimo "língua geral" foi no Rio de Janeiro por ocasião do festival literário "Remexe Rio", e publicado no jornal O Globo (2026b) em 30 de Maio de 2026. Como David Crystal (2000, p. ix) refere, no Prefácio, o inglês é uma "língua global" (*English as a global language*) e não deixa de ser tida e considerada como "Inglês".

[6] De notar que os 3 maiores países lusófonos representam cerca de 97% da população falante lusófona (só CPLP); sendo que o Brasil tem cerca de 81%, Angola, cerca de 10% e Moçambique, cerca de 6% (Vasconcelos, 2026).

Perante este binarismo — que opõe Portugal, metrópole histórica e arquivística, ao Brasil, gigante demográfico e mediático, e que poderá estender-se às nações africanas à medida que consolidam as suas normas —, a proposta de Agualusa surge como uma terceira via. O autor não defende a fragmentação do idioma em línguas nacionais incomunicáveis, nem a manutenção da subordinação simbólica inscrita no gentílico europeu "português".

A consagração de "língua geral" resgata historicamente antigas vias de comunicação interétnica que ligavam povos diversos na América e na África coloniais. Agualusa propõe, assim, uma refundação do pacto linguístico transnacional sob a ideia de propriedade partilhada, democrática e sem centro proprietário.

Para conferir densidade científica a este ensaio, a proposta de Agualusa (2026) será analisada à luz de duas matrizes teóricas: a teoria das línguas pluricêntricas, formulada por Michael Clyne (1992), e a sócio-linguística crítica e a glotopolítica pós-colonial, associadas a Louis-Jean Calvet (2002), Marcos Bagno (2015) e Carlos Alberto Faraco (2012). O objectivo é avaliar se a substituição do glotónimo encontra respaldo nas dinâmicas reais de evolução, apropriação e hibridização do idioma ou se colide com barreiras geopolíticas, institucionais, económicas e mercantis.

A hipótese central é que a proposta de Agualusa funciona como diagnóstico do trauma colonial que ainda atravessa a língua comum, mas apresenta fragilidade pragmática num mundo regulado pela economia política da linguagem, pelas marcas internacionais e pelo valor de troca dos idiomas globais.

***Contextualização histórica: da língua geral colonial à proposta contemporânea***

Para apreender a densidade da proposta de Agualusa, é necessário situar o conceito de "língua geral" no seu substrato histórico. O termo não constitui uma inovação *ex nihilo*, mas o resgate de uma categoria central na colonização da América do Sul. Durante os séculos XVI, XVII e parte do XVIII, a expansão territorial e a catequese no Brasil não se fizeram sobretudo em português, língua então restrita à administração colonial e às elites ultramarinas. A comunicação quotidiana entre colonizadores, missionários jesuítas e povos indígenas de matriz tupi-guarani favoreceu antes a formação das chamadas "línguas gerais".

Como documenta Eduardo de Almeida Navarro em *Dicionário de Tupi Antigo: A língua indígena clássica do Brasil* (2013), estas variantes — sobretudo a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazónica, de que descende o *Nheengatu* (o tupi moderno) — tinham base tupi, mas foram profundamente modificadas pelo contacto linguístico e pelas categorias introduzidas pelos missionários.

Durante quase dois séculos, essas línguas funcionaram como idiomas de comunicação ampla na colónia. Eram usadas por povos autóctones, populações mestiças, bandeirantes e colonos fixados nas periferias do império. Nesse contexto, o português era minoritário num território dominado por matrizes expressivas ameríndias adaptadas ao contacto colonial.

Este ecossistema linguístico foi interrompido pela intervenção do Estado absolutista português, sobretudo pela acção do Marquês de Pombal. Com o *Diretório dos Índios*, de 1757[7], proibiu-se o uso das línguas gerais e impôs-se o ensino e uso do português em todo o território colonial. Como salienta Aryon Dall'Igna Rodrigues em "*Línguas Brasileiras* (1986)" *apud* Linhares, & Sousa (2015), a unidade linguística foi convertida em instrumento de segurança territorial e centralização política.

[7] Uma pequena resenha sobre este Directório, extinto por Carta Régia de 12 de maio de 1798, pode ser acedido em: https://www.facebook.com/BrasilisRegnum/posts/o-diret%C3%B3rio-dos-%C3%ADndios-foi-uma-lei-elaborada-em-1755-e-tornada-p%C3%BAblica-em-1757-p/966279168816753/

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

O decreto pombalino produziu uma fractura glotopolítica profunda: impôs uma língua europeia a uma população que em grande parte não a falava, eliminando estruturas de comunicação interétnica funcionais. Plantou-se, assim, a dualidade que Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) *apud* Lobo (2015) identifica na história linguística brasileira: a distância entre a norma culta de inspiração europeia e os falares quotidianos do povo.

Quando Agualusa recupera o termo "língua geral" no século XXI, não propõe um retorno ao tupi antigo ou ao *Nheengatu*; mobiliza antes uma metáfora política. O objectivo é resgatar o espírito transcultural e mestiço dessas antigas redes de comunicação e aplicá-lo ao português contemporâneo. Para o autor, ao espalhar-se pelo mundo e fundir-se com as realidades culturais do Brasil, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e de Timor-Leste, o português tornou-se a nova "língua geral" do Atlântico e do Índico. Manter-lhe o nome "portuguesa" perpetuaria a ficção de que a língua é propriedade do Estado português.

Este resgate histórico desestabiliza narrativas de pureza linguística associadas ao purismo eurocêntrico. Ao recordar que a língua comum se consolidou por hibridizações, imposições políticas e misturas profundas, a proposta obriga a encarar o idioma não como monumento estático preservado em Lisboa, mas como fluxo dinâmico e partilhado, cuja vitalidade depende do reconhecimento das suas periferias.

## Metodologia

A metodologia aplicada ao estudo da proposta de Agualusa adota uma abordagem qualitativa assente na *Glotopolítica e na Análise Crítica do Discurso* (ACD). O debate em torno do glotónimo ancora-se em Del Valle (2024) e Narvaja de Arnoux (2008), que definem a nomeação linguística como uma intervenção política nas dinâmicas de poder pós-coloniais. Esta base articula-se com a sociologia de Bourdieu (2013), cujos conceitos de "mercado linguístico" e "dominação simbólica" explicam o viés eurocêntrico que tensiona a pluricentricidade do idioma. Por fim, o modelo de Fairclough (2001) permite analisar a transição institucional proposta como uma prática discursiva transformadora, que visa desconstruir hegemonias e legitimar a língua como um património policêntrico e partilhado

## A pluricentricidade em perspectiva comparada e as armadilhas do modelo francês

Para compreender o alcance da proposta de "língua geral", importa ancorá-la na teoria das línguas pluricêntricas. Michael Clyne (1992), em "*Pluricentric languages: Differing norms in different nations*, define-as como idiomas com múltiplos centros de codificação e legitimação normativa em diferentes Estados soberanos. Estas línguas não são blocos uniformes controlados por uma única metrópole, mas sistemas atravessados por normas nacionais de validade própria. O reconhecimento dessa pluralidade, porém, raramente é pacífico: envolve tensões hegemónicas, assimetrias geopolíticas e resistências do antigo centro histórico.

O inglês constitui o exemplo mais evidente de uma pluricentricidade institucionalizada. A perda de centralidade do *British English* perante o *American English* e a consolidação de normas nacionais como a australiana, canadiana, indiana ou nigeriana não produziram rupturas identitárias comparáveis. Os falantes desses países usam o glotónimo *English* sem subordinação psicológica à Grã-Bretanha, porque a língua foi apropriada como instrumento de soberania e projecção internacional.

No polo oposto situa-se o francês, historicamente marcado por centralismo normativo. Desde a fundação da *Académie Française*, em 1635, o Estado francês concebeu o idioma como unidade a preservar contra desvios internos e coloniais. Como analisa Louis-Jean Calvet em *Le Marché aux langues* (2002), este modelo assenta na ficção de um padrão legítimo – o francês de Paris –, perante o qual as variedades africanas, antilhanas, magrebinas ou quebequenses tendem a ser vistas como periféricas.

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

Esse centralismo repercute-se na Organização Internacional da Francofonia, que, sob a retórica da cooperação cultural, frequentemente preserva a projecção geopolítica francesa. Em vez de tratar a diversidade interna como riqueza policêntrica, o modelo tende a subalternizar apropriações periféricas, alimentandos ressentimentos pós-coloniais, sobretudo em contextos africanos.

O português situa-se entre a descentralização pragmática do inglês e o centralismo francês. Vive uma transição de um modelo historicamente monocêntrico, herdado da colonização e reforçado pelo Estado Novo, para uma realidade pluricêntrica imposta pela demografia. Portugal manteve durante séculos a posição de proprietário arquivístico do idioma, fixando regras, dicionários e prestígios literários a partir de uma grelha eurocêntrica. Essa postura alimentou o divórcio psicológico que sustenta o desejo brasileiro de rebatizar a sua fala como "língua brasileira".

A proposta de "língua geral" procura evitar que o português reproduza a armadilha centralista da francofonia. Ao propor um nome que não remete para Portugal nem para o Brasil, Agualusa tenta criar um terreno simbólico neutro, onde a pluricentricidade deixe de ser fonte de fricção para se tornar definição do idioma comum. Contudo, essa transição esbarra nas assimetrias entre o português europeu e o português brasileiro, bem como nas desigualdades editoriais e institucionais que uma mudança de nome, por si só, não elimina.

***A tensão normativa transatlântica e o mercado de capitais simbólicos***

A proposta disruptiva de José Eduardo Agualusa não pode ser avaliada apenas no plano abstracto da filologia ou da linguística teórica. Como sustenta Calvet (2002), a língua funciona também como moeda de troca num mercado global de bens simbólicos. As variedades nacionais de um mesmo idioma competem por prestígio internacional, mercado editorial, direitos de tradução, circulação de informação e controlo da produção do conhecimento. No caso da língua portuguesa, esta dinâmica é marcada por uma assimetria transatlântica estrutural: de um lado, a norma euro-africana, historicamente alinhada com Portugal; do outro, o amplo e autossuficiente mercado do português brasileiro. Esta fricção normativa e comercial condiciona a circulação do pensamento e da criação literária entre as duas margens do Atlântico.

O conceito de "capital simbólico", formulado por Bourdieu (2013), aplica-se directamente a este cenário. Portugal, apesar da desvantagem demográfica, reteve durante séculos o monopólio do "capital de consagração" da língua. Editoras, prémios literários, academias e instâncias lexicográficas tenderam a fixar em Lisboa o tribunal linguístico encarregado de distinguir o universal do "regional", "dialectal" ou "folclórico".

Esta assimetria traduz-se numa barreira comercial paradoxal: enquanto o mercado editorial brasileiro, pela sua dimensão e dinamismo, absorve autores portugueses e africanos, frequentemente adaptando-os sintáctica e lexicalmente ao consumo de massa, o mercado europeu resiste à prosa brasileira contemporânea que se afasta do padrão peninsular clássico.

Essa filtragem europeia corresponde ao que a sócio-linguística crítica identifica como exclusão social e estética disfarçada de purismo filológico. Autores brasileiros que usam estruturas vivas do Brasil contemporâneo – próclise inicial, regências inovadoras, simplificação da concordância ou oralidade sintáctica – são frequentemente classificados como "locais", "exóticos" ou destituídos de vocação universal.

Em contrapartida, regionalismos lusitanos e construções arcaicas conservam o estatuto de universalidade. A antiga metrópole concede a si própria o direito de representar a língua, enquanto relega a produção brasileira para a categoria de variante dialectal ou periférica.

É neste nó de poder económico, prestígio cultural e controlo editorial que a "língua geral" de Agualusa (2026) pretende intervir. Ao propor a abolição formal do glotónimo original, o autor

angolano não ensaia um capricho terminológico: propõe uma redistribuição do capital simbólico acumulado pelo idioma. Sem o apelido "portuguesa", o padrão de Lisboa perderia o privilégio de se apresentar como matriz original e reguladora exclusiva.

A língua passaria a funcionar como condomínio horizontal, onde Rio de Janeiro, São Paulo, Luanda, Maputo e Lisboa competiriam sem hierarquias pós-coloniais prévias. A universalidade deixaria de depender da conformidade com a sintaxe europeia e passaria a medir-se pela força estética e comunicativa da obra.

***A reactividade identitária brasileira e o "preconceito linguístico"***

Para compreender a recusa de alguns falantes brasileiros em aceitar o glotónimo "português", é necessário recorrer à sócio-linguística crítica. Marcos Bagno (2015), em "*Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*", analisa os mecanismos de exclusão que moldam a identidade linguística do Brasil contemporâneo.

Bagno (2015) sustenta que a sociedade brasileira internalizou mitos que fragilizam a sua auto-estima linguística, sobretudo a ideia de que o português do Brasil seria "errado" ou "corrupto" perante a norma europeia. Daí resulta uma insegurança colectiva: mesmo falantes escolarizados podem sentir que não dominam plenamente a língua que falam desde a infância.

Isto ocorre porque a gramática normativa ensinada nas escolas brasileiras perpetuou modelos sintácticos e pronominais afastados da fala real do país, mas ainda valorizados no cânone português (Clyne, 1992). Para Bagno (2015), a pedagogia tradicional tratou a língua brasileira quotidiana como erro a corrigir.

O fosso entre língua real e língua idealizada gerou um trauma identitário duplo. Como observa Faraco (2012), ele produz exclusão social interna e, simultaneamente, uma reacção nacionalista defensiva. É nesta fractura que se ancora a recusa do glotónimo original.

Afirmar "eu não falo português, falo brasileiro" não constitui, em regra, erro filológico por ignorância das origens românicas do idioma; constitui um acto político-identitário de ruptura simbólica com o passado colonial. É o gesto de emancipação de um falante que recusa ser julgado por um "tribunal linguístico" transatlântico percebido como colonizador e menorizador.

A proposta de Agualusa intervém nesta patologia sócio-linguística. Ao substituir "língua portuguesa" por "língua geral", retira do idioma o gentílico que concentra o ressentimento pós-colonial e enfraquece a ideia de uma metrópole original ou de um centro geográfico de pureza gramatical.

O idioma tornar-se-ia território comum, onde Brasília, Luanda ou Maputo, Praia ou Bissau, São Tomé ou Dili e Lisboa gozariam de igual legitimidade (Calvet, 2002). Assim, a reivindicação de uma "língua brasileira" perderia força, pois o Brasil seria reconhecido como motor demográfico e cultural da língua comum, sem subordinação simbólica a Portugal.

**A descolonização linguística nos PALOP e em Timor-Leste: tensões e barreiras educativas**

A proposta de Agualusa (autor angolano nascido no Huambo) ganha especial complexidade quando confrontada com as realidades sócio-linguísticas dos PALOP e de Timor-Leste. Longe de formar um espaço homogéneo, este universo pós-colonial caracteriza-se pela convivência tensa entre o português, as línguas nacionais de matriz bantu ou austronésia e os crioulos de base lexical portuguesa. As reacções à proposta revelam, assim, clivagens profundas entre o idealismo literário e as realidades pedagógicas e políticas no terreno.

***O caso angolano: a crioulização urbana e a coabitação com as línguas nacionais***

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

Desde a independência em 1975, o português conheceu em Angola um fenómeno de expansão demográfica e social sem precedentes no continente africano. Se, no período colonial, o idioma era dominado por uma escassa minoria assimilada e pela burocracia metropolitana, hoje o português é a língua materna da maioria da população jovem urbana, particularmente na província de Luanda e nas grandes capitais provinciais. Trata-se, contudo, de um português profundamente reconfigurado pelas dinâmicas de contacto quotidiano com as línguas de matriz bantu (com especial destaque para o *Umbundu*, o *Kimbundu* e o *Kikongo*).

Como detalha a linguista Laura Álvarez López (2010a) nas suas investigações de referência sobre as ideologias e modelos de língua em África, esta apropriação popular e urbana deu origem a uma variedade linguística viva, caracterizada por profundas inovações lexicais, sintácticas, semânticas e prosódicas marcantes – o chamado "português de Angola" ou, nas suas variantes mais populares e informais, o "luandense"

A proposta de "língua geral" encontra em Angola um eco directo na própria vivência do quotidiano. A língua que se fala nas ruas de Luanda já não é percebida pelas novas gerações como uma herança estrangeira imposta pelo colonizador; é sentida como um património nacional legítimo, um território de criatividade identitária que serve de veículo para géneros culturais globais como o *kuduro*, o *semba* e o *rap* angolano (Armindo, 2020).

Todavia, a reacção das elites intelectuais e académicas em Luanda à tese de Agualusa é profundamente clivada. Por um lado, investigadores alinhados com perspectivas descoloniais e da sócio-linguística da periferia saúdam a proposta como um mecanismo libertador. Sob o glotónimo de "língua geral", o português falado em Angola veria finalmente legitimado o seu processo de autonomização normativa e de hibridização bantu, deixando de ser avaliado sob o prisma do "desvio" ou do "erro" face ao padrão europeu (Álvarez López, 2010b). Passaria a constituir uma variante de pleno direito no seio do condomínio pluricêntrico global.

Por outro lado, existe uma forte e fundamentada resistência que provém de sectores nacionalistas e defensores acérrimos das línguas de matriz africana (as designadas "línguas nacionais", como o *Umbundu*, o *Kimbundu* e o *Kikongo, Côkwe*, o *Nganguela* e o *Kwanyama*). Para estes intelectuais, a proposta de renomear o português como "língua geral" constitui uma armadilha ideológica que visa perpetuar e camuflar a hegemonia do idioma colonial em detrimento das línguas autóctones.

Argumenta-se que, ao rebatizar o português com um nome tão ecuménico, inclusivo e abrangente como "língua geral", corre-se o risco de invisibilizar o estatuto minoritário e a progressiva asfixia das línguas nacionais angolanas. O termo "geral" conota uma universalidade e uma naturalidade que podem ser instrumentalizadas pelo Estado para justificar a secundarização de políticas públicas de ensino, dicionarização e preservação das línguas maternas de origem bantu. A "língua geral" de Agualusa, sob esta perspectiva, corre o risco de funcionar como um super-glotónimo que canibaliza e silencia o espaço vital das verdadeiras línguas nativas da terra.

***Moçambique e a pluralidade de normas face ao desafio educativo***

Em Moçambique, o ecossistema linguístico apresenta contornos radicalmente distintos do caso angolano. Apesar de o português ser a língua oficial e o veículo indispensável de unidade nacional – num território caracterizado por uma extraordinária diversidade linguística de matriz bantu (com mais de vinte idiomas principais, como o *Emakhuwa*, (ou macua) o *Xichangana* (ou changana), o *Cinyungwe* ou *Shimakonde* e *Kiswahili* (estas últimas na área de Cabo Delgado) –, a percentagem de falantes nativos do português é significativamente inferior à de Angola. O português em Moçambique funciona, para a grande maioria da população, como clara segunda língua (L2), coexistindo em regime de multilinguismo complexo e diglossia persistente.

A academia moçambicana, liderada por prestigiadas instituições como a Universidade

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

Eduardo Mondlane (UEM), tem desenvolvido um esforço notável na codificação da "Norma de Moçambique" do português. Esta norma caracteriza-se por um processo de adaptação pragmática às estruturas cognitivas e expressivas das línguas bantu, revelando uma riqueza estilística que encontrou o seu zénite literário na prosa poética e neológica de Mia Couto.

No entanto, face à proposta de "língua geral" de Agualusa, a intelectualidade moçambicana manifesta um cepticismo de cariz metodológico e sócio-político. Para muitos linguistas e pedagogos em Maputo, o debate sobre o glotónimo é percebido como uma preocupação eminentemente cosmopolita, literária e elitista, que se distancia dramaticamente dos reais problemas práticos do sistema educativo moçambicano.

Como bem demonstra o linguista moçambicano Feliciano Chimbutane no seu estudo de referência sobre a educação bilingue (2011), Moçambique enfrenta o colossal desafio de operacionalizar a educação bilingue nas zonas rurais, onde o português é uma língua quase totalmente desconhecida para as crianças que iniciam o percurso escolar.

Mudar o nome da língua para "língua geral" não resolve as carências estruturais de formação de professores, a escassez de manuais escolares adaptados ou as elevadas taxas de analfabetismo funcional nas províncias. Pelo contrário, teme-se que a introdução de uma nova nomenclatura jurídica e institucional venha apenas introduzir ruído burocrático e custos financeiros insustentáveis num sistema educativo que já padece de graves debilidades. Se o português passar a designar-se oficialmente "língua geral", o impacto pedagógico prático será nulo, mantendo-se inalteradas as barreiras de acesso ao conhecimento, à literacia e à cidadania plena que o domínio da norma culta impõe aos cidadãos das províncias moçambicanas (Chimbutane, 2011).

***Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e a Questão dos Crioulos de Base Portuguesa***

Nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a discussão assume contornos de carácter existencial, cruzando-se de forma directa com a questão da oficialização e do prestígio dos crioulos de base lexical portuguesa. Em Cabo Verde, o bilinguismo é a matriz constitutiva da identidade nacional: o português é a língua oficial, administrativa e de instrução, enquanto o Crioulo Cabo-verdiano (*Kabuverdianu*) é a língua materna da totalidade da população, falada no dia a dia, na música e na intimidade doméstica.

A proposta de Agualusa choca frontalmente com a reivindicação histórica do povo cabo-verdiano quanto à oficialização plena do seu crioulo e à sua elevação a língua de igual estatuto em todas as esferas da vida pública. Como salienta o prestigiado linguista Manuel Veiga (2014) nas suas investigações sobre as políticas linguísticas no espaço crioulo, o verdadeiro "idioma geral" e a autêntica "língua nacional" de Cabo Verde não é o português, mas sim o crioulo.

A proposta do escritor angolano é interpretada como um gesto de insensibilidade face à luta histórica dos crioulos africanos por dignidade institucional (Veiga, 2014).

Em São Tomé e Príncipe, onde coabitam o português e vários crioulos nacionais de base portuguesa (como o *Forro*, o *Angolar* e o *Lung'ye* – este também dito de *Principense*), a situação replica esta sensibilidade. Para os defensores da identidade cultural são-tomense, rotular o português de "língua geral" soa a uma tentativa neocolonial de diluir a singularidade histórica dos crioulos sob um manto de universalismo abstracto.

O argumento reside na ideia de que os crioulos são, na sua génese, as verdadeiras línguas de resistência e síntese cultural das ilhas. Atribuir ao português – a língua que historicamente reprimiu estes falares locais durante o regime de colonização – o título de "geral" constitui uma inversão simbólica que os activistas insulares rejeitam como contrária ao verdadeiro espírito de descolonização linguística.

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

***O caso da Guiné-Bissau: a hegemonia invisível do crioulo guineense***

Na Guiné-Bissau, a assimetria sócio-linguística é igualmente gritante e dramática. O português é a única língua oficial, mas é falado de forma corrente por uma minoria muito reduzida da população. O verdadeiro idioma nacional, falado por mais de 90% dos guineenses como língua materna ou veículo de comunicação quotidiana e interétnica, é o "Crioulo Guineense" (*Kriol*).

No sistema educativo da Guiné-Bissau, o uso exclusivo do português como língua de instrução tem gerado graves problemas de exclusão escolar e insucesso pedagógico sistemático. Como demonstra o linguista guineense Incanha Intumbo na sua dissertação de referência "*Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português*" (2007), as crianças guineenses entram na escola primária sem compreender as explicações do professor, que se vê obrigado a recorrer clandestinamente ao crioulo para conseguir transmitir os conceitos básicos de matemática ou ciências.

No entanto, o sistema de ensino oficial continua a ignorar e a reprimir o uso do crioulo guineense na sala de aula, rotulando-o implicitamente como uma "variante imperfeita" ou dialectal que impede a aprendizagem do português padrão oficial (Intumbo, 2007), ainda que uma grande parte da elite política e, principalmente, militar use aquela que é, sem qualquer margem para dúvida histórica ou sociológica, a sua "língua geral", o Crioulo Guineense.

Tentar transformar o português oficial de "língua geral" seria interpretado pela população guineense como uma agressão simbólica de cariz neocolonial, uma tentativa de roubar o estatuto identitário da língua de Amílcar Cabral – o crioulo que uniu as diferentes etnias guineenses na luta armada de libertação nacional – para o conceder à língua do colonizador sob uma roupagem politicamente correcta (Intumbo, 2007).

***O desafio de Timor-Leste: a convivência do português com o tétum***

Timor-Leste constitui um laboratório de particular interesse para a análise glotopolítica e sócio-linguística contemporânea. Após a restauração da independência em 2002, a jovem nação optou por consagrar o português e o tétum como as duas línguas oficiais do país. Trata-se de uma escolha política e histórica de forte pendor identitário: o português funcionou como a língua de resistência diplomática internacional contra a brutal ocupação indonésia, que tentou proibir e obliterar o idioma do território durante mais de duas décadas.

A reintrodução da língua portuguesa no sistema de ensino timorense foi, no entanto, assombrada por monumentais barreiras pedagógicas e estruturais. Como analisa o linguista timorense Benjamim de Araújo e Côrte-Real (Côrte-Real & Brito, 2006) no seu estudo sobre o planeamento linguístico timorense, a esmagadora maioria dos professores timorenses não dominava o português no momento da independência, tendo de ser submetida a programas intensivos de formação que, muitas vezes, pecaram pela falta de adequação às realidades linguísticas e culturais do país.

Para as crianças timorenses das montanhas, o português é uma língua totalmente estrangeira, cuja estrutura gramatical românica colide de forma intransponível com as estruturas austronésias do *Tétum* e de outras línguas nacionais locais (como o *Fataluku*, o *Makasae* e o *Mambae*) (Côrte-Real & Brito, 2006).

Neste contexto específico, a proposta de renomear o português como "língua geral" seria recebida com incompreensão e perplexidade. Para o povo timorense, a língua de Camões é valorizada precisamente pela sua identidade histórica "portuguesa", que a ligava ao mundo ocidental, à Lusofonia e à resistência diplomática contra a assimilação de Jacarta. Retirar-lhe o gentílico equivaleria a esvaziar o idioma da sua carga afectiva e heróica que justificou o seu sacrifício político e social em Timor-Leste.

Por outro lado, o tétum, este sim, o verdadeiro idioma geral de comunicação quotidiana e

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

interétnica da nação timorense, é que detém de facto o estatuto de "língua geral" na prática quotidiana. Atribuir esse glotónimo ao português transnacional provocaria um sério conflito de identidades no seio do bilinguismo oficial timorense, enfraquecendo a legitimidade do tétum como símbolo de coesão interna.

***Limitações práticas, económicas e geopolíticas da proposta***

Embora a tese de José Eduardo Agualusa seduza pela elegância teórica e pela força descolonizadora, um ensaio académico não pode evitar o confronto com a geopolítica global e a economia política da linguagem.

As línguas não existem num vácuo de boas intenções: operam como activos regulados por mercados editoriais, tratados jurídicos, interesses comerciais e dinâmicas de poder internacional, como demonstra Calvet (2002).

O primeiro e mais formidável obstáculo à aplicabilidade prática da sugestão de Agualusa reside no valor patrimonial imaterial do glotónimo como uma "marca global" consolidada no mercado das nações. O termo "Língua Portuguesa" possui uma chancela institucional, comercial e histórica inscrita há séculos no cerne da diplomacia mundial (Reto, 2012, pp. 17-19). É o nome oficial e juridicamente registado que confere assento e reconhecimento ao idioma em organismos internacionais de cúpula, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), a União Africana (UA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A alteração concertada ou unilateral deste nome histórico para uma designação abstracta como "língua geral" desencadearia custos burocráticos, legislativos, editoriais e diplomáticos de proporções astronómicas e de um processo de execução kafkiana. Cada tratado internacional em vigor, cada constituição nacional dos nove Estados soberanos que compõem a CPLP, cada currículo escolar espalhado pelo mundo, cada dicionário, cada patente comercial e cada acordo bilateral teriam de ser reabertos, renegociados e juridicamente refundados, um processo que paralisaria a projecção internacional do bloco por décadas (Venuti, 1998).

Esta resistência institucional ancora-se naquilo que Bourdieu (2013) define como as "leis da formação de preços" nos mercados linguísticos: o valor de um idioma não reside em propriedades morfológicas intrínsecas, mas nas condições sociais que regulam a sua recepção, onde o nome funciona como um aval de valor de troca material. Quando um bloco promove o seu idioma no mercado global do ensino de línguas estrangeiras, comercializa um produto indissociável de um prestígio cultural específico. O glotónimo "Língua Portuguesa" transporta consigo o valor acumulado da herança lírica de Camões e Pessoa, a atracção global do samba e da bossa nova, o reconhecimento das literaturas africanas e a vitalidade da prosa contemporânea. Substituir este património por "língua geral" equivaleria a descartar uma marca icónica mundial em favor de uma denominação genérica desprovida de lastro identitário.

No plano do marketing linguístico internacional e da difusão do idioma como segunda língua, "língua geral" revela ainda uma debilidade semântica: carece de ancoragem geográfica, nacional ou identitária imediatamente reconhecível. Para um estudante, investidor ou diplomata, "Língua Portuguesa" localiza o idioma num espaço histórico e cultural legível; "língua geral", pelo seu carácter genérico, dilui essa força de marca perante designações consolidadas como *English*, *Español* ou *Français* (Crystal, 2000).

Finalmente, no plano da historiografia linguística interna da América do Sul, a apropriação do termo provocaria um curto-circuito taxonómico de contornos éticos altamente problemáticos. Como demonstrado na historiografia da colonização, as línguas gerais de base tupi (como a língua geral paulista e a língua geral amazónica) não são meras relíquias extintas de arquivos coloniais; a sua evolução directa, o "Nheengatu", é uma língua viva, falada por comunidades indígenas

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

contemporâneas e oficialmente reconhecida por lei como língua co-oficial no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas (Navarro, 2013).

Se o português transnacional, num gesto irónico de descolonização de fachada, se apropriasse globalmente do glotónimo "língua geral", operaria um paradoxal acto de apagamento, violência cultural e imperialismo linguístico secundário sobre a última língua de matriz genuinamente ameríndia que ostenta esse título histórico no continente (Rodrigues, 1986 *apud* Linhares & Sousa, 2015). A tentativa literária de libertar o português do seu trauma colonial europeu redundaria, de forma perversa, na colonização e na expropriação do nome de um idioma indígena sobrevivente que luta pela sua subsistência face à pressão do próprio português.

**Análise glotopolítica comparada: o xadrez do poder linguístico no século XXI**

A análise da proposta de José Eduardo Agualusa torna-se incompleta se não a inserirmos numa grelha comparativa global de glotopolítica e geopolítica linguística. Para compreender o funcionamento dos mercados de línguas internacionais, é crucial cartografar as estratégias que os diferentes blocos linguísticos utilizam para preservar, expandir ou reconfigurar a sua influência cultural e económica no xadrez da globalização.

A glotopolítica contemporânea, tal como descrita por investigadores pós-coloniais, define-se como o conjunto de acções políticas, institucionais e ideológicas que incidem sobre a língua, as suas normas, a sua designação e a sua distribuição no espaço público. Neste âmbito, a tensão entre o monocentrismo hegemónico e o pluricentrismo democrático constitui o principal eixo de debate nas grandes línguas de vocação global.

***Modelos globais de gestão linguística***

Para sistematizar as diferenças estruturais, jurídicas e operacionais entre os principais modelos de gestão linguística de transição pós-colonial no mundo, elaborou-se a seguinte matriz comparativa, cujos critérios taxonómicos se fundamentam directamente nas teorizações sobre línguas pluricêntricas de Michael Clyne (1992), na análise do mercado global de línguas de Calvet (2002) e no estudo comparado de assimetrias.

Tabela 1: Análise comparativa de modelos glotopolíticos (Inglês, Francês e Português) e a proposta de "Língua Geral" de José Eduardo Agualusa[8]

| **Característica / Indicador** | **Modelo Descentrado (Inglês)** | **Modelo Monocêntrico Centralista (Francês)** | **Modelo Pluricêntrico Regulado (Espanhol)** | **Modelo Pluricêntrico Tensionado (Português)** | **Modelo Proposto de "Língua Geral" (Agualusa)** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Glotónimo Oficial** | English (identificado com o centro histórico, mas neutralizado) | Français (associado de forma indissolúvel à nação francesa) | Español (geralmente preferido a nível internacional) / Castellano (associado à origem histórica na Península, gerando por vezes tensões políticas regionais na Espanha) | Português (associado a Portugal, gerando fricção identitária) | Língua Geral (conceito desterritorializado e pós-nacional) |
| **Centro de Gravidade Demográfico** | Periferia transatlântica e global (EUA, Índia, Nigéria) | Periferia africana (em crescimento ciclónico na África Subsaariana) | Periférico e americano (México como o maior país hispanófono, seguido por fortes polos na Colômbia, Argentina e a crescente população hispânica nos | Periferia transatlântica e africana (Brasil e futuramente Angola) | Descentralizado por definição (horizontalidade e pluricêntrica) |

[8] Tabela de elaboração do autor (com apoio de Inteligência Artificial – Gemini), com base em conceitos de sócio-linguística, glotopolítica e nas teses de desterritorialização linguística de José Eduardo Agualusa e adaptada a partir dos quadros teóricos de Clyne (1992) para a caracterização das normas pluricêntricas dominantes vs. não-dominantes, de Calvet (2002, p. 74-89) para a dinâmica mercadológica do francês e do inglês, e de Zimmermann, 2008 *apud* Fernandes (2022), no que toca à crítica aos modelos centralistas de gestão hispânica e lusófona.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | EUA) | | |
| **Órgão Regulador Central** | Inexistente (ausência de academia de controlo centralizado) | Académie Française e OIF (forte centralismo normativo de Paris) | ASALE (Asociación de Academias de la Lengua Española): um sistema de academias em rede que tenta coordenar decisões ortográficas e lexicais de forma conjunta | Divisão de facto: Acordo Ortográfico e Academias Nacionais | Condomínio horizontal desprovido de tribunal de última instância |
| **Relação com Variantes Periféricas** | Integração pragmática no mercado global (ex.: AAAVE-African American Vernacular English and Indian English) | Encaradas frequentemente como desvios periféricos ou dialetais | Integração institucionalizada através da política do "espanhol pan-hispânico", embora na prática ainda exista um prestígio implícito associado à norma peninsular (norte-centro de Espanha) | Tensão persistente de prestígio entre PB e PE nas instâncias editoriais | Reconhecimento e legitimação imediata de todas as hibridizações |
| **Principais Riscos Glotopolíticos** | Fragmentação dialetal excessiva e perda de inteligibilidade mútua | Ressentimento neocolonial e rejeição da francofonia na África | Tensões entre o discurso oficial de unidade ("pan-hispanismo") e a hegemonia editorial/económica das editoras espanholas face à produção literária e cultural latino-americana | Divórcio psicológico (Brasil) e marginalização das normas PALOP | Perda de marca global e apagamento das línguas indígenas históricas |

Ao observarmos os dados cruzados na tabela anterior, torna-se evidente que a proposta de "língua geral" se desenha como uma tentativa utópica de transitar directamente de um modelo pluricêntrico tensionado e mal-resolvido para uma configuração de horizontalidade pós-nacional radical. O modelo do inglês alcançou a descentralização não por meio da alteração do seu nome, mas devido ao incontornável poder económico, militar e tecnológico dos Estados Unidos da América ao longo do século XX. O termo *English* perdeu a sua carga de subordinação porque a antiga colónia se tornou a potência global dominante.

No caso da língua portuguesa, contudo, o gigante demográfico (o Brasil) consolidou uma formidável autossuficiência de mercado, mas não detém a mesma hegemonia global unívoca à escala transcontinental que os Estados Unidos alcançaram no domínio anglófono. Esta assimetria sem hegemonia unilateral mantém o ecossistema do português num estado de permanente e dolorosa fricção, onde o glotónimo funciona como uma ferida narcísica sempre aberta para o Brasil e uma barreira invisível de afirmação para os países africanos, tal como teorizado no modelo de pluricentrismo assimétrico de Clyne (1992).

### *O Espaço Lusófono e a Dinâmica Glotopolítica da CPLP*

No seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a gestão desta diversidade encontra-se paralisada por aquilo que a historiografia linguística identifica como uma assimetria de poder de dupla face. Por um lado, subsiste em Portugal uma resistência histórico-institucional e um pânico identitário latente que tende a encarar a norma europeia (PE) como a "matriz legítima" e as normas transatlânticas e africanas como meros desvios ou fases de transição de um processo de aprendizagem imperfeito. Esta visão colonialista residual – que se enquadra nas dinâmicas de dependência neocolonial denunciadas por Zimmermann, 2008 *apud* Fernandes (2022) na sua análise comparada de políticas linguísticas de matriz imperial – ignora a maturidade das normas nacionais em consolidação, gerando barreiras na aceitação de publicações, na circulação de professores e na validação académica mútua.

Por outro lado, o Brasil, pelo seu gigantismo demográfico e editorial, opera um isolamento prático em relação ao resto da Lusofonia. A norma padrão brasileira (PB) desenvolveu-se de tal modo autónomo que o mercado brasileiro consome muito pouco da produção cultural e literária dos restantes países do bloco, perpetuando o desconhecimento sobre as normas dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e de Timor-Leste.

Nos países africanos, o português convive e tensiona com ecossistemas multilingues dinâmicos. Em Angola e Moçambique, a expansão demográfica do português coexistiu com as

Versão Online - ISSN: 3005-3633
Vol. 4, N°2, pp.161-176, 2026
http://www.revista.academicuspro.ao

línguas de matriz bantu, resultando em normas nacionais ricas e reconfiguradas (como o português de Luanda ou de Maputo) que clamam por codificação e reconhecimento oficial equivalente. Nestes territórios, a persistência de um modelo normativo eurocêntrico nos manuais escolares funciona frequentemente como um factor de exclusão social e de insucesso escolar, penalizando os falantes cujas variantes não coincidem com o padrão de Lisboa.

A proposta de Agualusa, ao sugerir a transição para a "língua geral", tenta precisamente resolver esta fricção ao despir o idioma da sua capa nacionalista europeia. Pretende-se criar um terreno comum e neutro onde Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Timor-Leste e Portugal partilhem a soberania linguística numa base de igualdade absoluta. Contudo, ao fazê-lo de forma meramente nominalista, a proposta acaba por ignorar que a verdadeira igualdade glotopolítica não se decreta por via de baptismo, mas constrói-se na reconfiguração material das políticas de ensino, na co-oficialização das línguas nacionais e no desmantelamento das barreiras alfandegárias e editoriais que ainda segmentam o espaço da Lusofonia (Calvet, 2002).

## Conclusão

A proposta de José Eduardo Agualusa de “rebaptizar” a língua portuguesa como “língua geral” funciona, em última análise, como um poderoso e insubstituível diagnóstico clínico do estado de saúde da Lusofonia. Ela expõe com clareza a realidade de que o processo de descolonização do idioma permanece profundamente incompleto no plano simbólico, psicológico e institucional. Embora a demografia, a economia e a efervescência cultural tenham deslocado irremediavelmente o centro de gravidade da língua para o Atlântico Sul e para as margens do Índico, a arquitectura reguladora e a auto-perceção de muitos falantes continuam assombradas por resquícios de um centralismo eurocêntrico e assimilacionista, que gerou focos crónicos de insegurança linguística e reactividade defensiva no Brasil e nos países africanos.

Contudo, ao confrontarmos esta estimulante provocação literária com as dinâmicas reais do mercado global de bens simbólicos, com as estruturas diplomáticas e jurídicas do xadrez internacional, com as barreiras digitais da era dos algoritmos e com as sensibilidades sócio-linguísticas concretas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Timor-Leste, a proposta revela uma fragilidade pragmática incontornável. A "língua geral" pretendida por Agualusa padece de um quadrúpede paradoxo:

1. Destrói uma marca de valor patrimonial imaterial consolidada à escala mundial no competitivo mercado global de línguas estrangeiras, diluindo a sua força geoestratégica e o seu valor de troca simbólico em favor de uma denominação genérica desprovida de história identitária legível;

2. Apropria-se do nome histórico de línguas ameríndias sobreviventes (como o *Nheengatu*) que lutam diariamente contra a asfixia provocada pela pressão homogeneizadora do próprio português, operando um paradoxal imperialismo linguístico secundário sob uma bandeira de descolonização de fachada;

3. Ignora que em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e noutros espaços dos PALOP, o verdadeiro "idioma geral" de comunicação interétnica, intimidade quotidiana e resistência histórica é o crioulo (como o *Kabuverdianu* ou o *Kriol*) ou as línguas nacionais de matriz bantu, e não o português. Atribuir oficialmente o glotónimo de "língua geral" ao português transnacional equivaleria a camuflar e legitimar a asfixia desses falares nativos sob um manto de universalismo abstracto e pós-colonial;

4. Sob as pressões de padronização do Processamento de Linguagem Natural e do mercado digital global, a imposição de um glotónimo pós-nacional indiferenciado sob o rótulo de

"língua geral" eliminaria as barreiras técnicas de diferenciação de normas (como o pt-PT e os padrões emergentes em África). Isto precipitaria a invisibilização técnica das variantes minoritárias em benefício do único gigante demográfico e financeiro capaz de ditar as directrizes da inteligência artificial: o Brasil.

O destino histórico do português transnacional não passará, portanto, pela mudança formal do seu glotónimo, um processo burocrático e juridicamente inviável num mundo regulado por tratados bilaterais, multinacionais e marcas registadas. A descolonização linguística que Agualusa reclama com indiscutível justiça poética terá de ser conquistada através de um combate político diário e de reformas institucionais e pedagógicas profundas que operem no interior do próprio nome da língua.

Isto significa consolidar de facto e de direito a pluricentricidade democrática do idioma, concedendo às normas brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana, guineense e timorense o mesmo estatuto de prestígio, a mesma dignidade pedagógica e a mesma centralidade nos dicionários e mercados editoriais globais. O português só se libertará plenamente do seu trauma colonial quando o falante de Luanda, de Maputo, de São Gabriel da Cachoeira, de Bissau, de Dili, de São Paulo, da Praia, de São Tomé ou de Lisboa compreender que é co-proprietário por direito próprio de uma língua sem centro, desprovida de dono ou de tribunal de última instância.

Até lá, continuaremos a navegar no horizonte de um idioma tensionado pela sua própria história, onde o nome "português", apesar de carregar na sua pele o peso indisfarçável das caravelas e da violência colonial, continua a constituir a única marca reconhecível que nos une na nossa extraordinária e indomável diversidade transcontinental.

## Referências bibliográficas

Agualusa, J. E. (2026a). *Agualusa na Semana do Brasil.* RTP-África "Jornal D' África", 3.Junho.2026. https://www.facebook.com/reel/1412501894245848 ou https://www.rtp.pt/play/p16533/e933894/jornal-d-africa (a partir de 24'11").

Agualusa, J. E. (2026b). *Os donos da língua.* O Globo, 30.Maio.2026. https://oglobo.globo.com/cultura/jose-eduardo-agualusa/coluna/2026/05/os-donos-da-lingua.ghtml.

Álvarez López, L. (2010a). Modelos de língua e ideologias linguísticas em África. in M. R. Martins & M. A. Mota (Eds.), *Língua Portuguesa: Variedades, Normas e Ensino* (pp. 45–58). Lisboa: Colibri.

Álvarez López, L. (2010b). A alternância /d/, /l/ e /r/ em variedades linguísticas afrolatinas. *Journal of Portuguese and Spanish lexically-based creoles*, Vol. 2, no 1, pp. 1-27. https://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:417108/FULLTEXT01.pdf

Armindo, V. (2020). *O contributo do kimbundu no português em Angola (aspetos lexicais)*.(Tese de Doutoramento, Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada). Repositório Digital. http://hdl.handle.net/10174/28950

Bagno, Marcos (2015). *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.

Bourdieu, P. (2013). Symbolic capital and social classes (translation and notes by Loïc Wacquant). *Journal of Classical Sociology*, 13(2), May 2013: 292-302, https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1468795X12468736

Calvet, L-J. (2002). *Le Marché aux langues: Les effets linguistiques de la mondialisation.* Paris: Plon.

Carlos, J. (2026). Língua portuguesa ou 'língua geral' como sugere Agualusa?. *DW online*, 01/07/2026. https://www.dw.com/pt-002/l%C3%ADngua-portuguesa-ou-l%C3%ADngua-geral-como-sugere-agualusa/a-77786046

Chimbutane, F. (2011). *The Polemics of Bilingual Education in Mozambique*. Clevedon: Multilingual Matters

Clyne, M. (1992). *Pluricentric languages: Differing norms in different nations.* Berlin/New York: Mouton de Gruyter. Consulta analítica de capítulos disponível em: https://www.degruyter.com/

Côrte-Real, B.A, & Brito, R.H.P. (2006). *Aspectos da política linguística de Timor-Leste: desvendando contracorrentes*. M. L. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Orgs.), *Comunicação e Lusofonia* (pp. 123–131). Porto: Campo das Letras

Crystal, D. (2000). *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press. https://textos.pucp.edu.pe/pdf/287.pdf

Del Valle, J. (2024). Glotopolítica y teoría del lenguaje. ¿Cómo abordar lo político del lenguaje? *AGlo – Anuario de Glotopolítica*; https://glotopolitica.com/aglo-6/josedelvalle/

Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da UnB, 2001

Faraco, C. A. (org.) (2012). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua.* São Paulo: Parábola Editorial.

Fernandes, R.A. (2022). *Análise glotopolítica das políticas pan-hispânicas*. (Monografia, Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio de Janeiro). https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19721/1/RAFernandes.pdf

Hova, G.L.S. & Araújo, A.P. (2026). *Repensar a língua[gem]: caminhos para compreender as políticas linguísticas*. https://www.academia.edu/attachments/133420221/download_file

AleIntumbo, I. (2007). *Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português* (Trabalho não publicado de Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra. https://www.uc.pt/ciuc/creolistics/research/guine/intumbo_2007

Linhares, G. & Sousa, S. A. (2015). RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. (1986) Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. *fragmentum*, n. 46, Jul./Dez. 2015, pp 311-314. https://scispace.com/pdf/rodrigues-aryon-dall-igna-1986-linguas-brasileiras-para-o-2ansgz62gs.pdf

Lobo, T. (2015). Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. *Estudos de lingüística galega* 7, 69-82. https://doi.org/10.15304/elg.7.2314

Narvaja de Arnoux, E.B. (2008). Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado chileno (1842-1862). Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos. https://filologiaunlp.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/05/arnoux-elvira-narvaja-de-2008.-los-discursos-sobre-la-naciocc81n-y-el-lenguaje-en-la-formaciocc81n-del-estado-chile-1842-1862.-estudio-glotopolicc81tico.pdf

Navarro, E. A. (2013). *Dicionário de Tupi Antigo: A língua indígena clássica do Brasil.* São Paulo: Global Editora. https://archive.org/details/dico-tupi-navarro/mode/2up

Reto, L. (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

Vasconcelos, M. (2026). Língua portuguesa ultrapassa fronteiras e reforça posição global com mais de 260 milhões de falantes. ONgoma, 5/5/2026. https://www.ongoma.info/artigo/lingua-portuguesa-ultrapassa-fronteiras-e-reforca-posicao-global-com-mais-de-260-milhoes-de-falantes#

Veiga, M. (2014). *Formação e afirmação da língua cabo-verdiana*. Praia: Ministério da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

Venuti, L. (1998). *The Scandals of Translation: Towards an ethics of difference*. London/New York: Routledge. https://parhamti.com/wp-content/uploads/2023/07/The-Scandals-of-Translation-–-Towards-an-Ethics-of-Difference.pdf